



## Operação

Três pessoas foram presas e cinco mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), na manhã desta sexta-feira (27). A ação foi decorrente da 3ª fase da operação "Muro Limpo", realizada em Belo Horizonte e Esmeraldas. O objetivo é reprimir crimes de pichação e dano ao patrimônio público e privado, praticados por associações criminosas que atuam na capital, causando poluição visual.

Além das prisões, documentos, aparelhos celulares e outros objetos foram apreendidos pelos policiais. As investigações tiveram início no final do ano de 2018, após o muro da Diretoria de Transportes da Polícia Civil de Minas Gerais ter sido alvo de pichações que provocaram dano patrimonial e ambiental que, somados, ultrapassam a casa dos R\$ 600 mil reais. Com o avançar das apurações, outras pichações contra o patrimônio público e privado também foram mapeadas de modo que a soma dos danos ultrapassa, segundo os laudos periciais, o valor de R\$ 1 milhão.

Nas duas primeiras fases da operação "Muro Limpo" foi dado cumprimento a 13 mandados de busca e apreensão, que resultaram na apreensão de sprays, latas de tintas, anotações contendo pichações dos suspeitos, aparelhos celulares, instrumentos para rapel, vestimentas com siglas das associações criminosas investigadas e outros materiais relacionados à prática dos delitos.

De acordo com o Delegado do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema) responsável pelo caso, Eduardo Vieira Figueiredo, os suspeitos presos hoje irão responder pelos crimes de associação criminosa, dano e pichação. "Percebemos que essa modalidade criminosa está presente tanto em classes sociais mais baixas, como também naquelas de alto padrão, a exemplo de um dos presos na operação, que reside em uma cobertura de alto luxo localizada em zona nobre da capital", pontuou. "Uma investigação qualificada, como a que está sendo realizada, possibilita uma repressão cirúrgica que fatalmente irá impactar na sensação de punibilidade", finalizou.

A operação foi realizada pelo Departamento Estadual de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente (Dema) e teve o apoio de policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), de drones da Coordenação Aerotática (CAT) e da Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH).